

ELENISE BUCH

**ECONOMIA DE COMUNHÃO:
UMA NOVA VISÃO DE GESTÃO EMPRESARIAL**

Monografia apresentada coordenação do curso de Ciências Econômicas, do setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Adilson Antônio Volpi

**CURITIBA
DEZEMBRO – 2006**

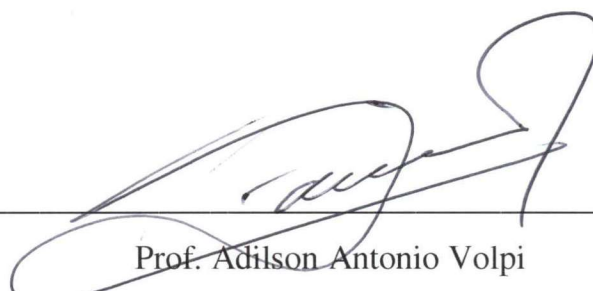
TERMO DE APROVAÇÃO

ELENISE BUCH

ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA NOVA VISÃO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de graduação no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, aprovada pela banca examinadora:

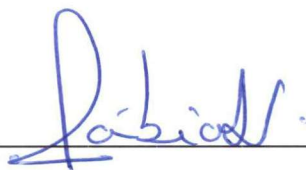
Orientador: _____



Prof. Adilson Antonio Volpi

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

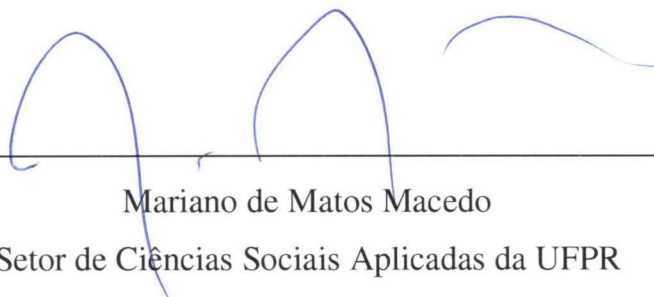
Professor Dr.: _____



Fábio Doria Scatolin

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor Dr.: _____



Mariano de Matos Macedo

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, dezembro de 2006.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
1 ECONOMIA DE COMUNHÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO	4
1.1 ORIGENS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO	5
1.1.1 O Movimento dos Focolares e o surgimento da EdC	6
1.2 EVOLUÇÃO E PRESENTE DA EDC.....	7
2 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA EDC	11
2.1 CARACTERÍSTICAS DA EDC	11
2.2 ECONOMIA DE COMUNHÃO X ECONOMIA DE MERCADO	15
2.3 FUNCIONAMENTO DO PROJETO	20
3 O PAPEL SOCIAL DA EDC	23
3.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	24
3.2 EMPREGO E OPORTUNIDADES	27
3.3 DIFUSÃO DA CULTURA DA PARTILHA.....	29
3.4 SOBREVIVÊNCIA DA EDC	31
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DE EDC NO MUNDO, 2005.	08
FIGURA 2: DESTINO DOS RECURSOS DISTRIBUIDOS NO ANO DE 2005.	25

LISTA DE SIGLAS

ANEDC	Associação Nacional por uma Economia de Comunhão
EdC	Economia de Comunhão
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD.....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
S/A	Sociedade Anônima
SP	São Paulo

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o conceito de Economia de Comunhão, bem como discutir as suas possíveis contribuições sociais. Inicialmente descreve-se a origem da Economia de Comunhão e sua evolução, no Brasil e no mundo. Em seguida apresentam-se as características principais da Economia de Comunhão, seu funcionamento, e faz-se um paralelo entre Economia de Comunhão e economia de mercado, a fim de se verificar suas reais possibilidades de inserção na economia capitalista. Por último são analisados os pontos onde a Economia de Comunhão desempenha um interessante papel social, identificados a partir de pesquisas e entrevistas realizadas, papel esse intrinsecamente relacionado à visão diferenciada de ser humano que a Economia de Comunhão tenta passar à sua rede de relacionamentos, através do modo peculiar que as empresas que aderem ao projeto têm de atuar no mercado.

INTRODUÇÃO

Quando surgiu, na época da Revolução Industrial, o sistema capitalista parecia ser a melhor forma de organização econômica que um país poderia ter. Aos poucos se perceberam suas limitações no tocante às dificuldades em promover o bem estar social, por ser o capital a principal motivação dos agentes.

O incentivo às práticas individualistas, ou seja, a tendência em se buscar o bem estar próprio, sem considerar o alheio, acaba privilegiando alguns com oportunidades que não são acessíveis a outros, os quais ficam à margem da sociedade. Numa tentativa de amenizar esses gargalos do capitalismo, surgiram alternativas de várias espécies, algumas mais radicais, outras menos. Algumas, como o socialismo, por exemplo, se mostraram insustentáveis. Outras, como a Economia Solidária ou a responsabilidade social empresarial, se mostram mais condizentes com a realidade, por conseguirem “conviver pacificamente” com o sistema. Dentro desse cenário, podemos enquadrar também a Economia de Comunhão – EdC.

Em 1991 surge no Brasil a EdC com a finalidade de reduzir – ou eliminar – a pobreza no mundo. A idéia era que fossem criadas empresas comprometidas com a questão social, as quais iriam produzir bens ou serviços, vender no mercado, retirar daí seu lucro, e por fim distribuir esse lucro em três partes que seriam destinadas ao reinvestimento na empresa, divulgação do projeto, e ajuda aos necessitados.

No mesmo ano começaram a surgir tais empresas, que se revelaram realmente comprometidas com a questão social, mas não apenas na distribuição dos lucros e sim em toda a sua atuação: bom tratamento aos funcionários, respeito aos clientes e fornecedores, prática da ética nas relações, preservação do meio ambiente, enfim, que transformaram o projeto da EdC em muito mais do que simplesmente produzir para compartilhar.

Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a apresentar a EdC como uma alternativa para as empresas que entendem sua importância na questão social, e também identificar de que maneira ela é benéfica à sociedade, levando-se em

consideração todas as suas características e partindo-se do pressuposto de que toda ela atua de maneira a tentar difundir ideais de fraternidade e solidariedade entre as pessoas.

• A pesquisa compõe-se de três capítulos, conclusão e esta introdução. O primeiro capítulo apresenta o conceito de Economia de Comunhão, assim como sua origem, passado e presente. O segundo capítulo descreve os principais aspectos estruturais da Economia de Comunhão. Por último, o terceiro capítulo apresenta os pontos de benefícios da EdC para a questão social.

Utilizou-se o método descritivo e explicativo, com pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva em todas as etapas. Para o último capítulo foi utilizada também pesquisa de campo, a fim de dar melhor sustentação às hipóteses.

Por fim, para a decisão de realizar o presente estudo pesaram muitos fatores, mas o principal deles foi a percepção de que é ao economista que cabe a tarefa de descobrir os meios pelos quais a economia de um país pode servir ao benefício comum. Considerando que existem milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza em diversos países, em especial o Brasil, e que ao mesmo tempo existe um número bem menor de pessoas vivendo com dinheiro suficiente para alimentar a todas, a conclusão a que se chega é a de que o economista ainda tem muito trabalho pela frente. Aqui se procurou oferecer uma pequena colaboração. Melhor seria se cada um fizesse a sua parte.

1 ECONOMIA DE COMUNHÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Quando se fala em “economia”, para os não estudiosos uma das primeiras coisas que vêm à cabeça é que se está falando de “gastar pouco”, ou seja, acumular riquezas. Entre as pessoas que se aprofundam no assunto, a palavra economia acaba se tornando um conceito mais amplo, logicamente, uma vez que no ramo acadêmico significa “alocação eficiente de recursos” para se atingirem os melhores resultados. O termo passou, com o tempo, a traduzir algo como que uma espécie de necessidade de enriquecimento individual, em que a pessoa se preocupa muito com o ter, e não apenas ter o suficiente para viver bem, mas em ter cada vez mais. O coletivo fica quase que totalmente fora de discussão (FERRUCCI, 1993).

Nesse sentido, é no mínimo estranho pensar que a palavra “economia” possa caminhar lado a lado com uma outra, que a princípio pode-se considerar incompatível: a palavra é “comunhão”, cujo significado, entre outros, é “colocar em comum”, ou seja, partilhar, dar a quem não tem o que se tem de “sobra”.

Parece difícil entender uma proposta em que se possa juntar os pontos positivos da economia e da comunhão. Assim, o termo Economia de Comunhão – EdC – se mostra, num primeiro momento, algo contraditório, como que “acumular riquezas” não para si apenas, mas para se colocar em comum.

Esse é exatamente o ponto em que os dois termos se complementam. “A comunhão é o profundo pendor da economia. Quando surgiu, na Grécia antiga, *oikos nomos* indicava a ‘administração da casa’, e o termo casa remete-se à família, à comunidade” (BRUNI, 2005). E, sob esse ponto de vista, não há contradição alguma: a EdC é uma economia para todos. Isso quer dizer que há produção, há geração de renda, mas essa renda não é apropriada pelo empresário. Ele não acumula lucros para si, mas o coloca em comum, de livre e espontânea vontade, para benefício de quem não tem o suficiente.

ARAÚJO (1998), assim descreve a EdC:

“A economia de comunhão consiste em direcionar a firma ou empresa a constituir-se como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas

z

– voltada à produção de bens e serviços – e a usar os lucros em vista de uma sociedade solidária aos (...) necessitados. E como se entende serem necessárias pessoas profundamente convictas, parte desses lucros é usada para formar ‘homens novos’, além naturalmente do incremento da própria empresa”.

Basicamente, trata-se de uma nova maneira de gestão empresarial, onde a valorização do ser humano está acima de qualquer outra preocupação. A lucratividade é almejada, mas não a qualquer preço, e não é a finalidade da empresa a apropriação desses lucros, mas sim sua partilha.

1.1 ORIGENS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

O sistema capitalista, do modo como se encontra, dá brechas para o aparecimento e manutenção de sérios problemas sociais, em especial nos países subdesenvolvidos. No Brasil, especificamente, vê-se um quadro grave de desigualdades sociais, o qual é bem traduzido por diversos índices de desenvolvimento, entre eles o Índice de Gini - que mede o grau de concentração de renda existente em uma nação -, e o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH - que classifica os países de acordo com o nível de desenvolvimento da população -, nos quais o país alcançou, respectivamente, o 8º pior lugar e a 73ª posição, em 2003 (PNUD, 2005).

Não se pretende aqui fazer uma crítica ao sistema, que deve ter seus méritos por ter sobrevivido até os tempos atuais, já que outros sistemas, como o socialismo ou o comunismo, que em teoria pensava-se serem mais benéficos à sociedade, se mostraram igualmente ou até mais nocivos, e não se sustentaram.

Mas o fato é que o capitalismo efetivamente apresenta dificuldades em promover o bem estar social, e isso ocorre devido à importância que o sistema atribui ao capital e a tudo que pode conferir *status* econômico ao indivíduo. Assim, percebe-se um grau elevado de individualismo no sistema, e o que ocorre é que a poucos é dada a oportunidade de enriquecer, e alguns tantos ficam sequer sem a possibilidade de viver uma vida digna.

Em resposta a esse quadro de desigualdades existente em diversos países do mundo vêm surgindo muitas iniciativas visando à promoção do bem-estar social, tais como os diversos programas de responsabilidade social, a Economia Solidária, ou a Economia de Comunhão.

A EdC surgiu como uma tentativa de resposta ao problema da pobreza no mundo (FERRUCCI, 1997). Contesta o sistema econômico vigente, baseado no “ter”, e propõe a chamada “cultura da partilha”, a qual se baseia em ideais e atitudes de solidariedade mútua.

1.1.1 O Movimento dos Focolares e o surgimento da EdC

A “filosofia” em que a EdC está embasada é a espiritualidade de um movimento ecumênico de princípios cristãos denominado Movimento dos Focolares. Tal movimento foi iniciado por Chiara Lubich na cidade de Trento, Itália, na década de 1940, e o carisma que o impulsiona é o amor recíproco e a busca da unidade, através da vivência da partilha e comunhão de bens (VIDO, 2004).

O Movimento dos Focolares é assim caracterizado por ter nascido num ambiente de guerra, onde a realidade era de destruição e caos. Chiara e suas companheiras encontraram uma maneira de ajudar à multidão de pessoas feridas, famintas e desabrigadas, através da coleta e distribuição de roupas, alimentos e medicamentos.

Aos poucos essa ação foi ganhando adeptos, e “... a comunhão de bens nasceu, desde o início, como expressão típica da vida de unidade que havia entre as pessoas que ofereciam à comunhão seus bens, globalmente e na mais absoluta liberdade” (FONSECA, 2004). Sessenta anos depois, já com caráter de associação civil e eclesial, o movimento conta com mais de 5 milhões de membros e um bilhão de simpatizantes, espalhados em mais de 187 países, e no Brasil está presente em todos os estados.

Pode-se dizer que os mesmos princípios cristãos que seus membros tentam seguir, são também universais, motivo pelo qual o movimento dos focolares conquistou espaço em religiões não cristãs, como o budismo e islamismo, e até

mesmo no meio secular: a consciência das necessidades coletivas e do papel social individual são valores intrínsecos ao ser humano, crente ou não crente em Deus, ainda que em alguns sejam mais desenvolvidos, ou tenham maior importância. (FERRUCCI, 1993).

Foi a própria Chiara Lubich quem sugeriu a proposta da EdC, durante uma visita ao Brasil, em maio de 1991. Ao observar a situação miserável de uma favela paulista, contrastando com o centro industrial da cidade de São Paulo, rico e desenvolvido, e de conhecimento da quantidade de pobres existentes entre os 250 mil brasileiros aderentes ao Movimento dos Focolares, surgiu de imediato a idéia desse projeto, que parte da comunhão de bens entre os membros do movimento, e alcança a esfera econômica, implantando também nela a “cultura do dar”, segundo a qual é inata ao ser humano a necessidade de partilhar (VIDO, 2004). A contrapartida dessa ação é a reciprocidade, surgindo então a comunhão.

Portanto, a EdC nada mais é do que a extensão dessa comunhão ao meio econômico, onde, ao se colocar o homem no centro da economia, busca-se a construção de estruturas econômicas que estejam ao seu serviço, e à serviço de seu desenvolvimento.

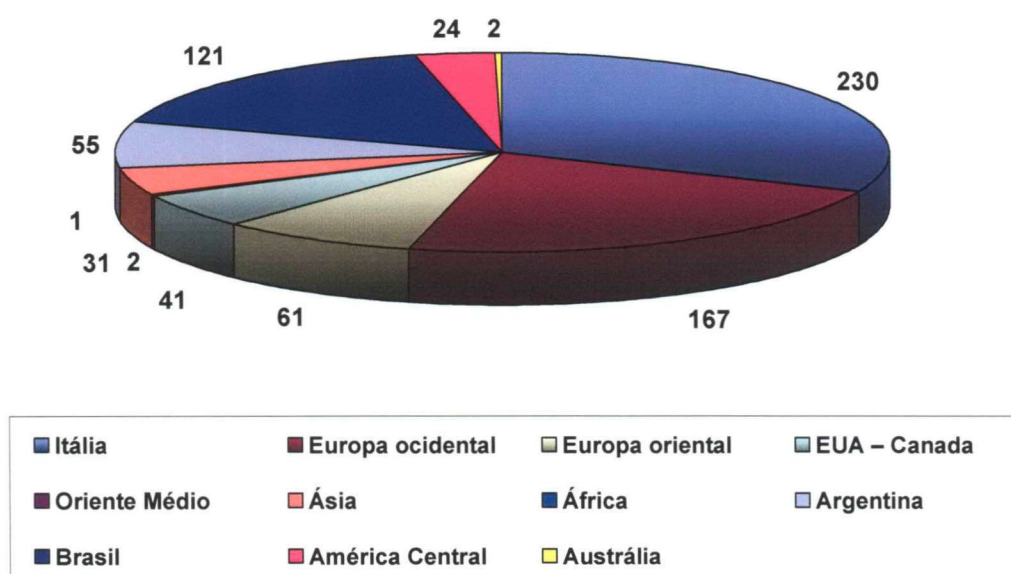
Aos poucos nasceram as primeiras empresas, não só no Brasil, implantadas por membros do movimento dos focolares, com capital e tecnologia também partilhados entre as nações e continentes. Assim, à pura e simples distribuição dos bens acrescenta-se o aspecto da produção, ampliando a quantidade de bens a serem partilhados (VIDO, 2004).

1.2 EVOLUÇÃO E PRESENTE DA EDC

Logo após o surgimento da proposta, em 1991, imediatamente começaram a surgir empresas nos mais diversos cantos do mundo, inclusive no Brasil. Em 1992 elas já somavam 230, e em 1996 eram mais de 500 (SERAFIM, 2001). Em 1999 o número de empresas aderentes ao projeto ultrapassava 700, espalhadas em cerca de 40 países, em todos os continentes (CALLIARI, 1999).

De acordo com o Centro Philadélfia, o centro de estudos de EdC no Brasil, o número de empresas de EdC em 2005 alcançou 735 em todo o mundo, sendo 121 no Brasil. A figura 1 mostra a distribuição das empresas entre países e continentes. Percebe-se a grande participação do Brasil e da Itália, países que concentram o maior número de empresas, sendo responsáveis, juntos, por quase 50% do total de empresas de EdC no mundo. Tal fato deve-se, sobretudo, à importância que esses países possuem, por serem, o primeiro, berço do projeto, e o segundo, berço e sede do Movimento dos Focolares.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DE EDC NO MUNDO, 2005.



FONTE: CENTRO PHILADÉLFIA DE ESTUDOS DA EDC

Fazem parte do projeto empresas dos mais diversos ramos da indústria, comércio e serviços. Desse total de 735 empresas, a maior parte, 366, atua no ramo de serviços, destacando-se as áreas de consultoria, saúde e educação. A indústria e o comércio participam com, respectivamente, 188 e 148 empresas, com maior participação das atividades relacionadas à alimentação.

A EdC conta, no Brasil, com um pólo empresarial, o Pólo Empresarial Spartaco, localizado em Vargem Grande Paulista, SP. Lá estão concentradas seis empresas de EdC, e está sendo instalada infra-estrutura para o acréscimo de outras. O pólo é administrado por uma sociedade anônima denominada ESPRI S/A – Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais, que possui já mais de três mil acionistas, os quais, através das mais diversas contribuições financeiras, auxiliam no desenvolvimento e manutenção do espaço (FONSECA, 2004).

Ainda segundo FONSECA (2004), o Pólo Spartaco é projeto piloto na história da EdC, servindo de exemplo para a constituição de outros quatro, os quais já estão em fase de desenvolvimento, sendo um na Argentina, um nos Estados Unidos, um na Itália e outro em Recife, no estado de Pernambuco, Brasil.

Em 1998 a proposta da EdC foi levada ao Congresso Nacional brasileiro, e valeu, em conjunto com o trabalho social desempenhado pelo Movimento dos Foculares, a condecoração de Chiara Lubich com “as insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, como Grande Oficial” (CALLIARI, 1999). Chiara ainda recebeu diversos títulos de Doutor *honoris causa* nos mais variados campos, e pelas mais variadas instituições, incluindo algumas universidades brasileiras, pela proposta da EdC.

Em 2005 surgiu no Brasil a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão – ANEDC. Tal iniciativa teve origem na percepção da necessidade de existir uma instituição representativa das empresas na medida em que o projeto vai adquirindo reconhecimento. A associação tem por finalidade auxiliar o desenvolvimento das empresas de EdC, através de apoio técnico e financeiro, agilidade nos relacionamentos com outras instituições, promoção de maior integração entre as empresas, etc., além de buscar uma aproximação entre EdC e órgãos públicos.

Existe ainda no Brasil um centro de estudos, o Centro Philadélfia, localizado também em Vargem Grande Paulista, SP, responsável pela realização, concentração e divulgação de estudos e dados informativos sobre a EdC. Esse centro disponibiliza uma biblioteca de trabalhos acadêmicos, coletados de estudantes e

pesquisadores de todo o Brasil, a fim de auxiliar quem esteja interessado em aprofundar os estudos sobre o tema.

Em todo o mundo há diversas instituições espalhadas em vários países, que viabilizam localmente o projeto da EdC, e em conjunto formam uma estrutura de apoio importante. As empresas estão de uma forma ou de outra interligadas, e há entre elas muita troca de informações, tecnologias, conhecimentos, enfim. Além disso, elas recebem dessa estrutura de apoio todo um suporte, necessário para superar os muitos obstáculos encontrados em todas as fases, desde o planejamento, passando pela implantação, adaptação, quando a empresa está aderindo à EdC, até atingir seu ponto de equilíbrio e conseguir caminhar segura com as próprias pernas.

2 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA EDC

A EdC, como já mencionado, nada mais é do que uma forma alternativa de gestão empresarial, onde a empresa se volta para o que deveria ser o objetivo principal de todas as ações dos agentes econômicos: o ser humano, e seu desenvolvimento. E nesse caso, trata-se do ser humano tanto individualmente quanto coletivamente, ou seja, cada pessoa possui um valor incomparável com o de qualquer outra, e por isso todas são tratadas igualmente.

Essa visão diferenciada do homem como sendo mais do que um mero *homo economicus* está presente em outras iniciativas igualmente meritórias de responsabilidade social. Entretanto, à EdC ela confere determinadas peculiaridades, determinada característica mais ou menos “radical”, uma maneira diferente de se portar no mercado, enfim, particularidades essas que merecem a devida atenção, por serem o distintivo do projeto. Este capítulo tratará de descrever o projeto Economia de Comunhão e toda sua estrutura relevante.

2.1 CARACTERÍSTICAS DA EDC

As empresas que aderem ao projeto de EdC apresentam algumas características peculiares. Dentre elas, a grande novidade encontra-se na destinação do lucro, o qual é dividido em três partes: uma é reinvestida na empresa, para arcar com as despesas necessárias à sua sobrevivência no mercado, outra distribuída para pessoas que passam por dificuldades financeiras, a fim de que encontrem motivação para o próprio restabelecimento à sociedade, e a terceira destinada à construção e manutenção de estruturas que permitam a difusão dessa nova mentalidade de “partilha”, através da formação dos chamados “homens novos”, segundo afirma LUBICH (1999).

As empresas de EdC não possuem programas específicos relacionados à responsabilidade social, mas a própria estrutura de gestão da empresa faz com que se assumam esse compromisso de fraternidade com a sociedade. Vale lembrar que a distribuição dos lucros ocorre sem um padrão pré-estabelecido, ou seja, ocorre

distribuição a partir do momento em que a empresa esteja com a situação financeira favorável, a fim de não se colocar em risco a oferta de empregos ou a continuidade do empreendimento (FONSECA, 2004). Entretanto, essa distribuição é uma característica das empresas de EdC, e portanto, seus administradores devem estar sempre conscientes de que há essa responsabilidade, sendo impelidos a atuar de maneira competente e eficaz para que esse ponto seja observado.

Além disso, “não se trata apenas de colocar em comum moeda corrente (...), mas de criar empregos, investir os lucros das empresas em projetos de expansão, fornecer equipamentos ou serviços, colocar em comum experiências adquiridas, capacidades gerenciais e até mesmo patentes. A partilha não é apenas de bens materiais, mas de propósitos e capacidades” (FONSECA, 2004).

De acordo com FERRUCCI (1992), “os resultados de uma empresa são indubitavelmente melhores quando ela dispõe de trabalhadores capazes de criar para a empresa, além dos lucros que compõem o capital monetário, também um patrimônio de atitudes marcadas pela colaboração, pelo profissionalismo, pela atenção às exigências do cliente, por um sério controle de qualidade dos produtos.” Assim, a ideologia da prática da “cultura da partilha” é estendida ao quadro de funcionários, chamados pela EdC de “colaboradores”, a fim de se implantar dentro da empresa uma comunidade de pessoas, pois “uma maior compreensão das práticas espirituais implica em entender o outro, ajudá-lo, ter espírito de equipe” (CHALEGRE, 2003). E a canalização de esforços numa mesma direção dentro da empresa acarreta sempre melhores resultados. Aos poucos os “colaboradores”, sentindo que possuem seu trabalho valorizado, se comprometem de bom grado e sem se sentirem pressionados com a realização das estratégias e metas da empresa. Existe uma grande preocupação com a saúde física e psicológica dos funcionários: procura-se restaurar a cultura do trabalho, e mais além, a dignidade do trabalhador.

Segundo SERAFIM (2001) “o relacionamento entre trabalhadores, entre direção e trabalhadores, entre empresa e clientes, entre empresa e empresas concorrentes, empresa e administração pública, deve ser sempre coerente com os princípios da economia de comunhão, respeitando-se a competência e a sensibilidade de cada um”. Em seus relacionamentos externos, com clientes,

concorrentes, poder público e a própria sociedade, não há uma preocupação em se fazer saber qual a filosofia que a empresa adota. O próprio modo como ela atua é que com frequência desperta o interesse de alguns grupos, e aos poucos é que o empresário vai esclarecendo qual é o diferencial. A ética e o respeito com que as empresas tratam todas as pessoas com quem se relacionam acaba atraindo a atenção e conquistando a confiança, seja da clientela que busca garantia de produtos e serviços de qualidade e preços justos, seja dos fornecedores, que sabem que haverá respeito aos prazos de pagamento estabelecidos, até mesmo dos concorrentes, que acabam aprendendo a conviver no mesmo mercado sem desperdiçar esforços com a tão conhecida guerra para ganhar o espaço da “rival”, e também de instituições que desejam fazer negócios “limpos”, sem qualquer risco de envolvimento em esquemas de corrupção. É assim que essa mentalidade de valorização do ser humano vai se infiltrando em toda a rede de relacionamentos estabelecida pela EdC.

A visão da empresa de EdC nesse sentido é a de que seu bom funcionamento não depende apenas do sócio/proprietário, mas sim de todos os grupos com os quais ela se relaciona (*stakeholders*), como os funcionários, que “investem” na empresa seu tempo e talento, ou os clientes, que “investem” suas necessidades para que sejam satisfeitas (BURKARD, 1999). A própria concorrência é vista de maneira diferente: não existem inimigos no mercado, mas duas empresas fabricantes do mesmo produto podem sobreviver no mesmo território sem que haja empenho de qualquer uma das partes em eliminar a outra, mas ambas sendo altamente produtivas e beneficiando também os consumidores locais (FERRUCCI, 1993).

Existe uma profunda preocupação com a questão da ética. Os impostos são pagos integralmente, pois se considera um dever para com a sociedade. Para isso as empresas trabalham com um controle rigoroso de tudo o que entra e sai do estabelecimento, e os funcionários são orientados a estar atentos a qualquer indício de irregularidade, a fim de que possa ser garantida a transparência nas contas da empresa. Os esforços não são feitos no sentido de burlar a legislação fiscal, mas de modificá-la. Os tributos incidentes sobre as mercadorias e serviços são complexos e pesados, o que dificulta enormemente a vida da empresa no mercado concorrencial

– onde as demais empresas, não generalizando, praticam a sonegação – e reduz consideravelmente a margem de lucro obtida, mas de forma alguma chegam a inviabilizar o empreendimento, segundo relata um entrevistado. Entretanto se faz necessária uma assessoria especializada nessa questão, a fim de se aproveitarem todas as brechas que a lei apresenta e que possibilitam tornar a carga tributária a menor possível. Logicamente, os recursos economizados no pagamento dos impostos é mais do que suficiente para remunerar essa assessoria.

Outro ponto importante é a questão da corrupção praticada por muitas empresas no mercado. As empresas que aderem à EdC buscam uma atuação honesta e evitam todo tipo de suborno, muitas vezes perdendo “bons” negócios. Os vendedores e compradores da empresa devem ter firme essa convicção para resistir às propostas que ocorrem em muitas ocasiões. Mas é justamente nesse ponto que se tornam evidentes ao meio externo os princípios que orientam a empresa, levando-a a adquirir o respeito e confiança em seus relacionamentos (SERAFIM, 2001). Enfim, pretende-se “evitar toda a evasão fiscal ou previdenciária, todo suborno, toda a produção com baixa qualidade, todo conflito implacável com a concorrência” (COSTA, 1998).

A prática da ética se estende ainda ao cuidado com o meio ambiente, pois se entende que sua degradação é uma afronta aos próprios princípios da EdC de valorização do ser humano: é de consenso geral que a preservação do meio ambiente é essencial a sustentabilidade do desenvolvimento. São utilizados processos não poluentes, sem lançamento de produtos químicos em locais onde possam ser prejudiciais, há reciclagem de material e, em muitos casos, cria-se mecanismos próprios de reaproveitamento de água.

Pode-se dizer que a empresa de EdC é um tipo diferenciado de empresa, que apresenta toda uma estrutura a qual acredita-se ser um exemplo a ser seguido pelas demais, e toda uma gama de princípios que, se assimilados pelos agentes econômicos como um todo, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais fraterna e justa.

2.2 ECONOMIA DE COMUNHÃO X ECONOMIA DE MERCADO

Durante muito tempo, considerou-se que o mercado “abrange” a sociedade, ou seja, se o mercado está em “equilíbrio”, a sociedade vai bem. Esse raciocínio está presente em correntes teóricas que ainda hoje são aceitas, como as teorias Clássica, Neoclássica e Liberal, e não há separação entre as esferas social e econômica: “o desenvolvimento dos mercados traz consigo o desenvolvimento social” (BRUNI, 2005). Nesse caso, a empresa é, por natureza, social, e sua atuação se dá no sentido de promover o bem comum naturalmente, sem que seja essa a sua intenção.

Simultaneamente, outras correntes teóricas consideravam as esferas social e econômica incompatíveis. O marxismo, por exemplo, defendia que a expansão do capitalismo (sistema econômico vigente na maior parte do mundo desde a 1ª Revolução Industrial) ocorria em detrimento da sociedade, pois havia acumulação de riquezas por parte do proprietário dos meios de produção (ou o empresário) e a classe trabalhadora tendia a piorar suas condições de vida. Já nesse caso, a empresa é, por natureza e necessariamente, anti-social: há desvalorização do trabalho humano, exploração de mão de obra, concorrência “selvagem”, e falta de ética nas relações.

A EdC não segue nem uma linha de pensamento, nem a outra. A idéia é que a experiência econômica e a experiência social não são excludentes, e tampouco se confundem: simplesmente podem ocorrer simultaneamente. Isso é possível, sim, mas é necessária uma “vontade” por parte da classe empresarial que as firmas atuem de forma a constituir um mercado capaz de promover o bem estar social. BRUNI (2005) afirma que “a empresa não é nem ‘sempre social ou civil’ nem ‘nunca social ou civil’; mas constrói a dimensão civil somente se, em sua atuação, acolhe em si mesma os princípios da reciprocidade e da gratuidade”.

A definição de *gratuidade* é um tanto complexa, mas, nesse contexto, pode-se entender como o ato de se estabelecerem relações humanas sem motivação meramente instrumental, ou seja, busca-se uma aproximação com o outro e a recompensa é nada mais que o relacionamento que surge a partir daí. Um bom exemplo poderia ser aplicado à um (a) professor (a) que, mais que transmitir o

conteúdo para a classe simplesmente para vencer o programa estabelecido, preocupa-se com o efetivo aprendizado dos alunos, dispondo-se a auxiliá-los de outras formas que não a sala de aula somente. Ele recebe o salário para ministrar uma quantidade determinada de horas, mas em certas ocasiões oferece aulas de revisão porque sabe que será importante para alguns alunos, mesmo que sejam apenas um ou dois. Isso é uma atitude de gratuidade: ele se satisfaz ao ver os estudantes dominando a matéria, e isso o salário não paga.

No exemplo acima, pode-se também ilustrar o significado de *reciprocidade*. Nesse caso, o esforço do professor é notado pelos alunos que, para não decepcioná-lo, aumentarão as horas de estudo da disciplina e, se necessário, frequentarão as aulas de revisão para melhorar o aprendizado. Logicamente, uma atitude de gratuidade não exige uma contrapartida, e nem faria sentido exigir, mas ela surge quase que automaticamente: alguns alunos podem permanecer passivos à atitude do professor, mas nunca indiferentes. A resposta poderia, de repente, vir não como um maior empenho nos estudos, mas talvez como uma avaliação positiva do professor por parte de certos alunos, e ainda assim se caracterizaria reciprocidade.

A EdC é toda ela uma experiência de gratuidade e reciprocidade. De gratuidade por ter nascido com uma motivação intrínseca (a de acabar com a pobreza no mundo), daí surgindo uma série de atos de gratuidade, expressos nos relacionamentos que buscam construir os agentes da EdC. E de reciprocidade pelo retorno que essas atitudes iniciadas com motivações intrínsecas estimulam, fundamentais para a sobrevivência do projeto; não um retorno financeiro, mas uma outra atitude de gratuidade em “resposta” àquela primeira (não *motivada* pela primeira, porque aí já não seria mais gratuidade, mas derivada do relacionamento sólido que foi criado).

É assim que se constrói a comunhão e por esse motivo não se pode considerar a EdC uma proposta altruísta ou assistencialista: busca-se criar um relacionamento sólido com todas as pessoas envolvidas de alguma forma com a empresa; por exemplo, mais que simplesmente distribuir lucros, a intenção é promover o bem estar do outro sem qualquer motivação instrumental, e há a necessidade de uma contrapartida, não em termos monetários, que realmente não

ocorre nesse caso específico, mas no sentido de reciprocidade. Dessa forma, quem recebe a ajuda sente-se impelido a esforçar-se para conseguir ele mesmo melhorar suas condições de vida.

É esse o ponto que diferencia as empresas de EdC, na sua essência, das outras empresas que operam no mercado. A economia dos tempos modernos é caracterizada por um profundo individualismo: interessa a sobrevivência da empresa e não só isso, mas seu crescimento, que é almejado a qualquer preço: são aproveitadas todas as oportunidades que surgem no sentido de eliminar a concorrência e se obterem maiores lucros no mercado. Isso só ocorre com o sacrifício de grande quantidade de empregos e, conseqüentemente, em detrimento dos salários. A população recebe menos e tem que pagar mais pelos produtos que consome, uma vez que há menos empresas em atividade.

Logicamente não se pode deixar de considerar a existência de outras iniciativas com objetivos nobres, como as entidades que operam no terceiro setor, ou as cooperativas da economia solidária, entretanto, quando se fala em empresas privadas, que produzem determinado bem ou serviço para vender no mercado, geralmente predomina a lógica puramente capitalista de acumulação e a questão social tende a ser deixada de lado.

Nos últimos tempos o mundo assistiu a uma onda de globalização. As fronteiras de alguns países, em especial os países desenvolvidos, tornaram-se pequenas, e houve a necessidade de expandi-las para acomodar seus mercados. Os países subdesenvolvidos foram de repente invadidos pelas empresas multinacionais e transnacionais, e viram muitas de suas empresas aos poucos serem extintas. Não se pretende aqui fazer uma crítica às multinacionais, e não se pode negar que as mesmas possuem certo mérito: geram empregos e conseqüentemente aumentam a renda local, estimulam uma série de outros investimentos (como infra-estrutura, por exemplo), e muitas vezes transferem tecnologia para o país onde se inserem.

Contudo as grandes empresas possuem um maior poder de mercado e são competidoras difíceis de se vencer. A maioria dos oligopólios nos países subdesenvolvidos é composta por empresas multinacionais. As empresas nacionais conseguem mercado externo apenas se possuem as chamadas “vantagens

comparativas” e a maioria das empresas nesses países são de menor porte e frequentemente se destinam ao atendimento do mercado de bens de consumo não duráveis. De acordo com o SEBRAE (2005), em 2002 o número de micro e pequenas empresas somaram 99.2% do total de empresas formais no Brasil. O conjunto de médias e grandes empresas brasileiras somou apenas 0.8% do total, entretanto as mesmas participaram com 43% do nível de pessoal ocupado. Aí se vê um dos grandes problemas da economia de mercado capitalista nos moldes atuais: as empresas que mais geram empregos não têm condições de se estabelecer devido à concorrência externa. O ideal seria, de repente, a convivência pacífica entre as empresas, independentemente do porte ou da origem.

Essa característica de economia consumista e individualista que apresenta o capitalismo e que atinge um elevado patamar com a globalização impede que seja possível uma redistribuição de renda justa e eficaz por parte do Estado. Isso porque há um conflito de interesses entre todas as partes envolvidas. O Estado tem interesse em manter a soberania sobre seu território num mundo cada vez mais globalizado e dominado pelas nações desenvolvidas, enquanto que as empresas buscam a livre movimentação entre os mercados; os empresários têm interesse na ausência de rivais potentes para sua empresa, a fim de que monopolizem a oferta de determinado produto aumentando, assim, sua margem de lucro, e a sociedade busca qualidade nos produtos e serviços, mesmo públicos, adquiridos e um preço justo, além, é claro, de emprego e renda para uma vida digna. Além disso, também entram no jogo os interesses individuais dos políticos representantes da nação, os quais têm por dever zelar pelo bem-estar da sociedade e não o fazem. Assim, a transferência da renda das mãos de uns para as mãos de outros se torna uma tarefa árdua, e não há quem se empenhe em executá-la.

Com a EdC muda essa visão de “necessidade de redistribuição de renda”. Segundo BRUNI (2005), “... é necessário intervir também no momento da produção da riqueza. Nas atuais condições, agir somente na redistribuição é tarde demais”. Ou seja, é a própria empresa quem realiza essa tarefa através da repartição dos lucros, deixando de ser, portanto, tarefa a cargo do Estado.

A distribuição feita pelas empresas aos necessitados, porém, ainda possui grandes limitações. Devido ao fato de a EdC ter nascido dentro de uma estrutura civil e religiosa que conta com grande número de membros e simpatizantes, muitos dos quais necessitam de ajuda financeira, a distribuição, durante todos os anos de existência da EdC, tem sido destinada à eles. Dessa forma pode-se dizer a princípio que a EdC privilegia um grupo de pessoas; entretanto, na medida em que cresce o número de empresas e diminui o número de necessitados dentro do movimento, nada impede a extensão dessa distribuição à sociedade como um todo.

As principais questões a serem discutidas quando se fala em inserção da EdC na economia de mercado capitalista são, sem dúvida, as condições de competição dessas empresas e os meios que podem garantir sua sobrevivência. A EdC ainda predomina no cenário de micro e pequenas empresas, com um mercado bem competitivo onde, para sobreviver, muitas empresas atuam de forma pouco ou nada ética. Logicamente, para uma empresa politicamente correta competir com outra que sonega impostos, por exemplo, se torna bem mais custoso. A busca incansável pelo lucro promove atitudes que lhes oferecem maiores chances de permanecer no mercado.

O diferencial competitivo das empresas de EdC, entretanto, acaba sendo justamente a ética nas relações: isso permite um maior apoio por parte do quadro de colaboradores em momentos de crise, por exemplo, ou ainda projetam uma boa imagem da empresa entre os clientes e empresas que desejam transacionar com outras que não apresentam vestígios de desonestidade.

Vale lembrar que ainda não há qualquer política que aumente a competitividade dessas empresas e esteja relacionado particularmente à EdC. Ou seja, não existe nenhum incentivo, como crédito facilitado ou redução da tributação, que seja oferecido apenas para empresas de EdC, portanto, todas se beneficiam igualmente das políticas existentes.

Há ainda outra questão a ser levantada, e diz respeito à decisão do empresário em adotar a EdC. Na grande maioria das vezes, quem toma a decisão de investir em determinada atividade produtiva o faz com base na expectativa de rentabilidade que a mesma lhe proporcionará, para benefício próprio. Nesse sentido

a proposta da EdC, para encontrar terreno fértil, necessita de indivíduos abertos à possibilidade de comprometer-se com uma realidade bem mais ampla que apenas a do seu espaço produtivo. Por esse mesmo motivo é normal que as empresas de EdC nasçam a partir da decisão de investir de membros ou simpatizantes do Movimento dos Focolares, apesar de não ser esse um requisito para a adoção da EdC. É possível que na medida em que a proposta vá se difundindo e que seus benefícios comecem a se tornar perceptíveis, ela atraia a atenção de outros empresários e haja uma redução desse vínculo.

2.3 FUNCIONAMENTO DO PROJETO

Para viabilizar a distribuição dos lucros às esferas da EdC, foi criada uma estrutura responsável pela parte operacional do projeto, que compreende um Centro Internacional de Economia de Comunhão, localizado na Itália, onde se realizam os estudos, projetos, enfim, tudo relacionado à EdC no mundo, e os escritórios nacionais de EdC, presentes na maioria dos países onde há empresas. No Brasil, esse escritório nacional localiza-se em Vargem Grande Paulista, SP.

A distribuição dos lucros pode ocorrer de duas formas: ou é realizada diretamente através do escritório nacional, como é o caso do Brasil, ou então ocorre centralização dos recursos no escritório internacional para posterior repasse. Nesse último caso as empresas depositam os recursos em uma conta bancária destinada exclusivamente à esse fim, em nome do escritório nacional da EdC, e o mesmo o transfere à conta do escritório internacional. A distribuição é realizada por intermédio de um cadastro de pessoas de todo o mundo concentrado nesse órgão, enviado pelas comunidades do Movimento dos Focolares, de onde são selecionadas aquelas com necessidades mais urgentes para receber a ajuda.

No Brasil, e nas demais localidades onde o escritório nacional é responsável pela distribuição, ela ocorre da seguinte maneira: as empresas de EdC, livremente e de acordo com suas possibilidades, estipulam o valor que será distribuído, e o depositam na conta corrente nacional da EdC. Tal órgão possui também um cadastro das pessoas às quais será destinada a ajuda.

Após a verificação do total arrecadado e análise das necessidades constantes no cadastro e do volume necessário para seu atendimento, elegem-se as pessoas que receberão a ajuda. Se for impossível ajudar a todas as pessoas relacionadas no cadastro – o que geralmente ocorre –, dá-se prioridade ao atendimento das necessidades mais urgentes.

A partir do momento que a pessoa recebe a ajuda, ela passa a ser acompanhada tanto pelas comunidades do movimento quanto por empresas de EdC próximas. Esse acompanhamento tem o intuito de estimular na pessoa a atitude de reciprocidade e a vivência da cultura da partilha. A intenção da EdC é prestar um auxílio aos necessitados, mas é importante que os mesmos não deixem de caminhar com as próprias pernas. Por isso há essa preocupação com a promoção da cultura da partilha no ambiente onde vivem, pois isso irá assegurar que tais pessoas não caiam na armadilha da pobreza.

Apesar de o projeto ter sido concebido com o intuito de atender à toda a população pobre do mundo, a ajuda da EdC durante esses anos tem sido destinada apenas a membros do Movimento dos Focolares e simpatizantes. Isso ocorre devido a diversos fatores.

Inicialmente, as necessidades dos membros do movimento já são conhecidas e, portanto, não é necessário ir longe para encontrar um pobre a ser ajudado. Devido ao ideal de unidade e comunhão de bens vivido por essas pessoas, pensou-se ser coerente que fossem os primeiros a receber o auxílio da EdC.

Em segundo lugar, tais pessoas já conhecem os princípios do movimento, logo, da EdC. Dessa forma, são terrenos mais férteis para a infiltração da cultura da partilha.

Por último, em todo o processo da distribuição, há uma participação muito grande das comunidades do Movimento dos Focolares espalhadas nos diversos países. São elas que possuem o contato com as pessoas a quem será destinada a ajuda, e são elas que farão o acompanhamento dessas pessoas enquanto participantes do projeto da EdC. Portanto é necessário que haja uma proximidade entre doador e receptor, para viabilizar esse acompanhamento.

Isso posto, pode-se dizer que ainda não há uma estrutura que contribua para que a ajuda se estenda. Mas não há qualquer impedimento de outra natureza para que isso ocorra; ao contrário, a proposta da EdC é a de atuar contra a pobreza do mundo em geral, e não apenas a pobreza de quem compartilha os mesmos princípios. Na medida em que a cultura se dissemine, serão criados aos poucos os mecanismos necessários para que mais pessoas sejam beneficiadas com o projeto.

3 O PAPEL SOCIAL DA EDC

A EdC possui princípios e características que, por terem seu foco no homem, tornam o projeto um importante promotor do bem estar social. Logicamente, devido ao número relativamente pequeno de empresas de EdC existentes no Brasil e no mundo, sua atuação na esfera macroeconômica é pouco significativa. Há evidências de seus benefícios, mas ainda são muito pontuais, sendo encontradas principalmente dentro das empresas ou entre os receptores dos recursos.

Entretanto, existe a possibilidade de que os valores da EdC extrapolem as fronteiras do projeto e penetrem em outros setores da sociedade. Nesse caso, pode-se imaginar quais seriam os resultados se os valores éticos e a preocupação com o bem estar alheio penetrassem, por exemplo, na esfera governamental. Analisando-se apenas esse aspecto, já se tem uma idéia de como a EdC pode fazer a diferença.

A tentativa de identificar as possíveis contribuições e impactos da EdC sobre o desenvolvimento ou a redução das desigualdades sociais, sejam eles de natureza quantitativa ou qualitativa, esbarra na grande dificuldade em se mensurar os seus benefícios, pelos fatores expostos a seguir:

1º) os recursos destinados aos necessitados e à difusão da “cultura da partilha” não ficam concentrados no país de origem em muitos casos, mas são remetidos ao escritório central da EdC, na Itália, de onde saem para seu destino final. Logicamente, há estatísticas sobre esses números (o volume de recursos arrecadados e a quantidade de pessoas atendidas em cada país), mas não são de fácil acesso;

2º) a definição de uma variável para se medirem os resultados não condiziria exatamente com a realidade, uma vez que a distribuição dos lucros não é feita apenas para necessidades com alimentação, mas inclui também habitação, saúde, educação, ou seja, a mensuração exigiria a definição de muitas variáveis;

3º) os resultados da distribuição de lucros pela EdC poderiam ser comparados com resultados de outros programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo, para se verificarem seus reais impactos sobre as desigualdades sociais e o desenvolvimento em geral, mas não é possível encontrar

programas que sejam compatíveis com a EdC o suficiente para permitir uma comparação justa, e os que existem não fornecem resultados 100% confiáveis.

Assim, esse capítulo se esforçará em analisar a EdC sob o ponto de vista dos benefícios sociais que ela promove, mostrando, através de entrevistas e depoimentos de empresários, em que pontos ela já está colaborando, e sem se preocupar em tentar mensurar os seus impactos.

^z Para isto, foram identificadas três dimensões da EdC que podem ter um resultado eficazmente benéfico para a sociedade. São eles: emprego (geração e oportunidades); distribuição de renda; e difusão da "cultura da partilha". Mais adiante serão discutidas cada uma dessas dimensões. Ao final será apresentada uma discussão a respeito das possibilidades de sobrevivência da EdC na economia capitalista vigente, por se considerar que, devido à suas particularidades, seria de grande valia uma política de incentivos, por exemplo, da parte do governo, não apenas para auxiliar na competitividade das empresas, mas também para contribuir com seu caráter social.

3.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Os recursos obtidos do montante dos lucros destinados à distribuição são utilizados para atender pessoas com diversos tipos de necessidades, em sua maioria alimentação, educação, saúde e habitação. Em 2005, 97% do total arrecadado foi direcionado à essas áreas, sendo que praticamente 50% dos recursos supriram necessidades de alimentação, conforme dados do Centro Philadélfia.

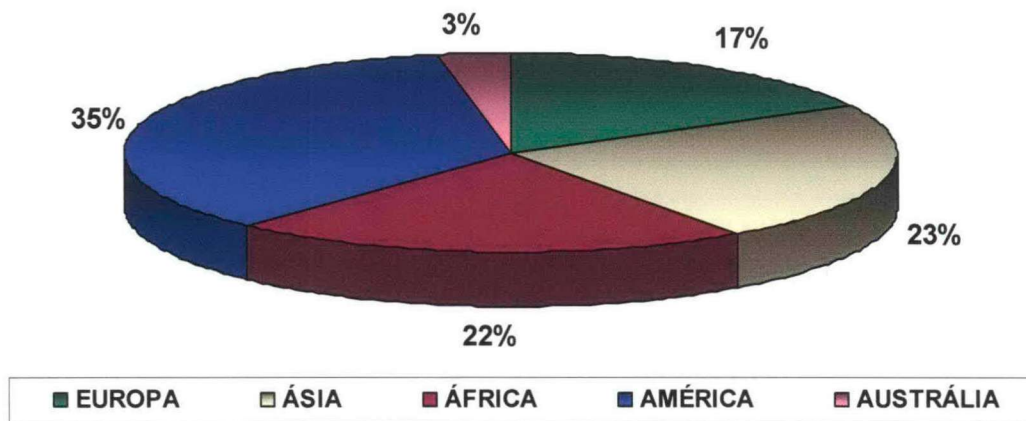
Segundo TORTELLI¹ (2006), é comum países mais pobres, ou subdesenvolvidos, receberem uma ajuda maior, mesmo que suas empresas tenham arrecadado menor volume de lucros. Isso ocorre porque as necessidades dos países pobres são maiores e mais urgentes de solução do que as dos países desenvolvidos, e aí se mostra mais intensamente a característica da comunhão entre as empresas do

¹ Proprietário da Prodiel Farmacêutica LTDA, empresa de EdC atuante no mercado de distribuição de medicamentos desde 1990, com matriz localizada em Curitiba, PR, que conta com duas filiais em outros estados e mais de 100 funcionários no total.

mundo todo: é praticamente uma transferência de renda dos países ricos para os pobres.

O gráfico a seguir mostra o montante destinado aos cinco continentes, no ano de 2005. Nota-se, por exemplo, a grande participação da África na recepção dos recursos; entretanto, em 2005 havia apenas uma empresa em atividade nesse continente.

FIGURA 2: DESTINO DOS RECURSOS DISTRIBUIDOS NO ANO DE 2005, EM %.



FONTE: CENTRO PHILADÉLPHIA DE ESTUDOS DA EDC

Não se pode conferir, entretanto, à EdC, um caráter meramente assistencialista ou altruísta. Não se trata de filantropia ou caridade; a ajuda é oferecida, mas é feito um acompanhamento para que a pessoa beneficiada seja também ela contagiada pela cultura da partilha. Em outras palavras, a pessoa recebe a ajuda com uma dignidade tal que se sente impelida a buscar ela própria os meios para melhorar suas condições de vida, e, em alguns casos, se sente impelida inclusive a ajudar um outro necessitado, dentro de suas possibilidades.

TORTELLI (2006) faz uma esclarecedora observação a esse respeito:

“Essa pessoa (o beneficiado) passa a ter uma motivação também de buscar, de fazer a sua parte, porque ela recebe gratuitamente de alguém que quer ajudá-

la porque a quer bem. E isso desperta uma auto estima, que a pessoa não só quer dar a volta (por cima), mas quer dar também um outro tipo de reciprocidade. Então, não é um tipo de ajuda que alimenta um sistema de continuísmo na pobreza, mas pelo contrário, ela reverte o sistema, porque faz com que essa pessoa seja alguém que reproduz essa cultura da partilha no âmbito em que ela vive”.

A vivencia dessa nova cultura por parte dos beneficiados, por sua vez, vai estimulando também nas pessoas ao seu redor atitudes de reciprocidade, e assim, aos poucos começa a haver uma expansão desses valores de comunhão.

Existem ainda pessoas que, por determinados motivos, necessitam de ajuda contínua. Essas a recebem, regularmente. Mas o fato mais comum de ocorrer é mesmo que chegue uma época em que a pessoa já não necessita da ajuda, como mostra a afirmação a seguir, de uma beneficiada brasileira, que não se identificou: “Somos duas irmãs e recebíamos o necessário para os remédios e a alimentação. Sempre nos mantivemos atentas para comprar somente o essencial (...). Agora a nossa situação econômica melhorou e estamos felizes de poder renunciar à ajuda em favor de outras pessoas”.

De acordo com o citado no capítulo 2, a distribuição dos lucros entre os pobres da EdC é feita por meio de um cadastro, onde os próprios interessados nos recursos colocam em comum suas necessidades para que sejam atendidas. Em muitos casos, a ajuda é oferecida, ao serem observadas as dificuldades da pessoa. O número absoluto de pessoas atendidas ainda é inexpressivo. A estimativa para o ano de 2006, de acordo com o Centro Philadélfia, é que sejam beneficiadas cerca de 7.000 pessoas, apenas, em todo o mundo. Ou seja, ainda há muito a ser feito.

Desde o início da EdC, apenas membros do Movimento dos Focolares foram atendidos, o que muitas pessoas consideram uma restrição do projeto. Na realidade, a idéia foi, no início, e continua sendo, a atenção à todos os pobres. Entretanto, logicamente é mais fácil chegar antes aos que estão mais próximos. As necessidades de membros do movimento já são conhecidas, motivo pelo qual são as

primeiras a serem sanadas. Além disso, essas pessoas já conhecem os valores que regem a EdC, portanto são mais acessíveis à vivência da cultura da partilha.

À medida que o projeto vá crescendo e que haja um aumento no total de lucros arrecadados, haverá condições para que a EdC amplie sua esfera de distribuição, e a ajuda se estenderá, aos poucos, a um número cada vez maior de pessoas.

3.2 EMPREGO E OPORTUNIDADES

A questão do emprego é um ponto fundamental que não pode deixar de ser apontado como um importante benefício social, da maneira como é encarado pela EdC.

Primeiramente, as empresas se comprometem a não reduzir postos de trabalho, a menos que seja a única alternativa restante para salvar a empresa de uma possível falência. Quando surge necessidade de redução de custos, são estudadas saídas alternativas, para evitar o corte de pessoal. Conta TORTELLI (2006), e que no corrente ano houve uma queda geral nos preços dos medicamentos, provocada pela indústria farmacêutica, a qual impôs a necessidade de se reduzirem os custos para não haver prejuízos financeiros. A medida tomada pela empresa para tal foi a abertura de uma filial em outro estado, para aproveitar um incentivo fiscal que estava sendo oferecido, e no fim das contas, acabou gerando mais empregos. E ele continua, dizendo que, se não fosse pelo firme compromisso social assumido, lhe seria bem mais cômodo reduzir o tamanho da empresa: mas por ser de EdC, “não se fala em corte de pessoas de jeito nenhum.”

Quando é inevitável a demissão de um funcionário nessas circunstâncias, ocorre muitas vezes uma realocação da pessoa. MINASI² (2006) relata: “Passávamos por uma nova crise e não podíamos mais sustentar nosso funcionário (...). De novo o que nos pesava era a realidade dele e ajudamo-lo a fazer contato

² Proprietária da empresa Volare Comunicação, agência de propagandas e eventos localizada em Ponta Grossa, PR.

com concorrentes nossos (...). Vimos que, após um ano conosco, o que queríamos aconteceu: o mercado (...) foi pronto e até audacioso em querer contratá-lo”.

E não apenas a quantidade de empregos é um ponto importante para a EdC, mas também a qualidade desses empregos e a oferta de oportunidades a pessoas rejeitadas pelo mercado. Conta FRANZOI³ (2006), que empregava um colaborador portador de deficiência. Em determinado momento surgiu a necessidade de agilizar o serviço que o funcionário executava, e ele já não estava mais sendo produtivo. A empresa relutou por um tempo, mas não foi possível evitar a demissão. Algumas semanas depois, chegou ao seu conhecimento que, devido à deficiência, o funcionário ainda não havia assimilado o ocorrido: segundo relata a entrevistada, em conversa com a sobrinha do funcionário foi colocado o fato de que ele se levantava todas as manhãs ao mesmo horário, e se aprontava para ir trabalhar. A comoção da empresária foi tal que o funcionário foi readmitido: e sem um ônus significativo para a empresa.

Outra experiência interessante para ilustrar esse fato é a da empresa italiana Unitrat. O proprietário, CARADONA (2005), relata:

“Um dia percebemos que um colaborador nosso se drogava e não mais conseguia desempenhar sua função, causando prejuízos. Ainda que minha primeira reação tivesse sido demiti-lo, decidimos (...) acompanhá-lo, mesmo fora do ambiente de trabalho, para que se mantivesse ocupado. Até que, um dia, ele pediu ajuda para sair do mundo da droga. De comum acordo, passamos nós a administrar seu salário (...). Quando estava prestes a ingressar numa comunidade de recuperação, sofreu uma grave crise de abstinência e obrigou-nos a liberar o dinheiro economizado. Em dois meses, ele gastou tudo em drogas. Num domingo, foi preso em flagrante roubando a empresa. Não podíamos abandoná-lo naquelas condições (...). Fomos, então, com ele a uma

³ Proprietária da empresa Dom Pé Calçados, rede de lojas de calçados que conta com 8 unidades, localizadas em Curitiba e Região Metropolitana, PR.

comunidade (...), onde permaneceu por três anos e, depois, voltou a trabalhar na nossa empresa”.

Os fatos citados acima evidenciam, na prática, que o compromisso social das empresas de EdC é realmente vivenciado, e que o ser humano é mesmo o foco principal. Não haveria sentido se, numa empresa com tais princípios, ao primeiro deslize o funcionário fosse substituído. Na EdC todos merecem uma segunda chance. Em alguns casos, até uma terceira, quarta, dependendo das necessidades do indivíduo, ou da capacidade que ele demonstra em evoluir de acordo com as oportunidades que lhe são concedidas.

3.3 DIFUSÃO DA CULTURA DA PARTILHA

De acordo com TORTELLI (2006), “a EdC tem a capacidade de formar consciências”. O ponto chave do caráter social da EdC se encontra nessa afirmação, que significa que a percepção de um agir diferente por parte dos agentes é, em muitos casos, contagiante. Em especial para aqueles que se interessam por algo mais do que o próprio “eu”.

Os primeiros a serem atingidos por essa nova mentalidade são os funcionários da empresa, que em maior ou menor grau passam a pôr em prática no local de trabalho atitudes de gratuidade, que provocam reciprocidade, e assim, aos poucos, a empresa se torna uma comunidade de pessoas. Segundo SCHOREDER⁴ (2006), “desde o primeiro mês você percebe que é diferente...”. A compreensão desses valores se transforma em motivação para os funcionários, que tomam consciência de que não estão apenas trabalhando para si ou para o “patrão”, mas sim dando sua contribuição para a melhoria da sociedade em geral. SCHOREDER (2006) relata ainda que se busca vivenciar em outros lugares o que se vê dentro da empresa, trabalhar da melhor forma, valorizar os companheiros de trabalho, enfim, ela afirma: “eu estou sofrendo bastante influências”.

⁴ Funcionária da empresa Prodiel Farmacêutica LTDA, admitida há 20 meses.

Os princípios da EdC vão, aos poucos, destacando a empresa no cenário onde atuam. TORTELLI (2006) relata que já foi indagado várias vezes por clientes, fornecedores, e até por concorrentes sobre as motivações que regiam a empresa, intrigados com seu modo de agir. Ele diz: “O exemplo arrasta muito mais (...). Nós nos preocupamos em, no nosso agir, no nosso trabalho, que deixemos sempre rastros que possam ser admirados e seguidos pelos outros (...). Então, isso não é um esforço pra quem tem dentro a realidade da EdC...”

A possibilidade de que esses princípios extrapolem as fronteiras das empresas é considerada pela própria EdC como a sua contribuição chave para a construção de uma sociedade mais justa. As primeiras experiências nesse sentido já estão ocorrendo.

Em 2005, a EdC foi “convidada” pelo governo do estado do Ceará para, juntos, e em parceria com outras instituições políticas e religiosas, trabalharem no desenvolvimento integrado e sustentável dos cearenses que habitam o semi-árido, área correspondente à 92% do território estadual. O programa chama-se Sertão Vivo, e possui projetos nas áreas de emprego e renda, educação e capacitação profissional, infra-estrutura, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico e redução de fluxos migratórios para a capital.

O papel da EdC será justamente a responsabilidade pelo aspecto cultural do projeto, ou seja, atuar no sentido de fazer com que as pessoas descubram os próprios talentos e recursos e coloquem em comum os resultados obtidos. Foi criado um Centro de Animação Cultural, onde se promovem as atividades formativas previstas pelo programa, incluindo cursos de Economia Humana e Reciprocidade, a fim de se divulgar a mentalidade de comunhão.

O Secretário da Agricultura do estado, Carlos Matos, responsável pelos contatos com os movimentos religiosos que integram o programa, afirma:

“Devemos operar em dois níveis. O primeiro é a mudança de mentalidade. Difundir a mentalidade solidária, mas, conjuntamente, uma série de princípios que parecem evidentes, mas que não são colocados em prática. A ação do Governo através dos anos tem sido muito assistencialista. Há certamente a

necessidade de um suporte, mas subsidiado e não substitutivo da liberdade humana de construir a própria vida. E em tudo aquilo que se der como suporte, é essencial que seja em regime de reciprocidade, caso contrário se volta à mentalidade de dependência destrutiva sem qualquer possibilidade de desenvolvimento das capacidades humanas, que é fator indispensável para a construção de uma sociedade mais justa”.

Esse é o primeiro passo significativo que a EdC conseguiu dar para fora das empresas no Brasil. Ainda não é possível saber ao certo quais são os resultados alcançados pelo programa até agora, mas tal reconhecimento da proposta de EdC já mostra que pode ser depositária de esperanças e esforços visando o bem estar social.

3.4 SOBREVIVÊNCIA DA EDC

Ter uma empresa na moderna economia de mercado capitalista não é uma tarefa fácil, principalmente se se trata de micro ou pequena empresa, como, em geral, ainda predomina na EdC.

De acordo com o SEBRAE (2005), 44% das empresas não passam do 2º ano de vida. Dificuldade de acesso ao crédito, falta de suporte técnico e gerenciamento ineficiente de capital humano são apontados como principais causas.

As empresas de EdC possuem, além dessas dificuldades, uma certa desvantagem na corrida concorrencial: pagamento integral da carga tributária, recusa de transações envolvendo propinas, remuneração justa aos funcionários e, claro, a distribuição dos lucros que, a princípio, pode ser considerada prejudicial à constituição de reservas, e que não possui uma contabilidade regulamentada.

A indagação que surge, a partir desses fatos, é a seguinte: empresas de EdC são sustentáveis? Se a maioria das empresas “normais” que nascem no Brasil é eliminada em alguns anos, não se pode pensar que a EdC é um projeto utópico que dentro de pouco tempo terá desaparecido?

Essas questões podem ser respondidas com fatos.

Primeiramente, o número crescente de empresas que aderiram ao projeto nesses 15 anos de existência mostra que há espaço para esse tipo de empreendimento mesmo na economia capitalista. De 1992 até 2004, esse número mais que triplicou no mundo, e no Brasil, em 2005, as empresas de EdC somaram 121. Grande parte dessas empresas surgiu na época do lançamento do projeto, conseguindo se manter no mercado por todos esses anos. Ainda há casos de empresas que já existiam e viram seu negócio crescer após a adesão à EdC, como é o caso, por exemplo, da Femaq S/A., empresa fundada em 1966 que fornece produtos principalmente para grandes empresas da indústria automobilística. A Femaq, algum tempo após adotar o modelo EdC de gestão, em 1991, fez um estudo para verificar os resultados alcançados, e verificou que o faturamento homem/ano aumentou, no período 1992-1994, de US\$ 62 mil para US\$ 82 mil (COSTA, 1998).

De acordo com o visto no capítulo 2, as empresas de EdC possuem um diferencial de competitividade caracterizado pela prática da ética nas relações, e pela atmosfera de confiança que transmitem. Os empresários de EdC vêem a competitividade como sendo relacionada não apenas ao fator custo, ou seja, produzir com menor custo, vender a preços mais baixos, não significa ser mais competitivo. Outros fatores têm o mesmo grau de importância, tais como qualidade dos produtos, pontualidade, confiança. Assim, o diferencial de preços que pode haver entre uma empresa que sonega impostos, por exemplo, e uma de EdC, é compensado por esses outros fatores, que a tornam igualmente competitiva.

Para TORTELLI (2006), o mercado reconhece as empresas que trabalham de maneira correta e as valoriza de certa forma, e isso se torna um diferencial de competitividade.

A distribuição dos lucros não é um fator que prejudique significativamente a constituição das reservas. A parte que as empresas normalmente destinam à distribuição é aquela que compõe a porcentagem de lucratividade que seria retirada pelos sócios ou proprietários, além da sua remuneração normal, ou seja, são os “lucros não indispensáveis à consolidação da empresa” (FERRUCCI, 1992). Dessa forma, as reservas constituídas pelas empresas da EdC ficam aquém apenas daquelas onde os proprietários reinvestem o máximo possível na empresa.

Em épocas de crise, as empresas se beneficiam da rede de relacionamentos criada, conseguindo apoio para superar as dificuldades financeiras: “Quando um violento incêndio comprometeu as máquinas de um setor de nossa empresa, (...) esse incidente estimulou uma competição de solidariedade de colaboradores, clientes e fornecedores”, relata CARADONNA (2005), proprietário de uma empresa italiana de EdC.

As empresas de EdC ainda contam com o apoio umas das outras para permanecerem ativas. Um fato interessante para ilustrar essa afirmação é a experiência de um banco rural localizado nas Filipinas, o Bangko Kabayan, que, para não ir à falência na época da crise financeira asiática, em 1997, recebeu ajuda de outras empresas de EdC, incluindo até serviços gratuitos de consultoria, e conseguiu sair da crise ao contrário de muitos outros bancos que fecharam as portas.

Há ainda muito a ser feito. Apesar de a EdC estar conseguindo caminhar com as próprias pernas, seria de grande valia um maior suporte por parte do governo ou de instituições financeiras ou de apoio, no sentido de criar incentivos fiscais ou financeiros, como linhas de crédito, por exemplo, ou programas de treinamento, a fim de facilitar a trajetória das empresas.

Conforme dito por TORTELLI (2006), poderia haver, por exemplo, um órgão certificador para empresas socialmente responsáveis. Seria de grande importância também, segundo ele, apoio técnico, treinamento de gestão, enfim, por considerar que uma administração eficiente é quesito fundamental para o sucesso da empresa. Outras sugestões dadas foram uma possível regulamentação da contabilidade dos lucros distribuídos, e reformas tributária e em questões burocráticas.

Vê-se, portanto, que a EdC tem condições de se firmar na economia contemporânea, e mais, tem condições de crescer, considerando-se os fatos e possibilidades de melhoria citados acima. Talvez a maior barreira seja mesmo a mudança de mentalidade dos indivíduos. O próprio TORTELLI (2006), ao ser indagado sobre as dificuldades que houveram no início relacionadas à EdC, afirmou: “A maior barreira estava em nós mesmos”. A transição de uma cultura do

”

“ter” para a cultura do “dar” só pode ocorrer onde haja pessoas com a consciência de que cada um tem seu papel na construção de uma sociedade mais humana.

CONCLUSÃO

As dificuldades em se sanar os problemas sociais que o Brasil e o mundo enfrentam têm impulsionado a iniciativa privada e segmentos da sociedade a buscarem soluções alternativas para a promoção do bem estar social: o crescimento do terceiro setor, a adoção de programas de responsabilidade social por parte de cada vez mais empresas, a Economia Solidária, são sinais e conseqüências dessa percepção.

Foi justamente a constatação das enormes desigualdades sociais no Brasil, particularmente no estado de São Paulo, que inspirou a italiana Chiara Lubich a criar, no início da década de 1990, a Economia de Comunhão. Tal projeto consiste em orientar a empresa para a produção de bens e serviços de qualidade inquestionável, que serão vendidos no mercado a um preço justo, a fim de se obterem lucros que serão, na medida do possível, distribuídos em três esferas: reinvestimento na empresa, ajuda aos necessitados e difusão do projeto.

O reinvestimento na empresa é prioridade, uma vez que interessa sua sobrevivência para que possa continuar produzindo. Entretanto, faz-se necessário uma gestão eficiente para que as outras duas esferas também sejam atendidas.

A ajuda aos necessitados se faz através de escritórios da EdC, para os quais são remetidos os lucros das empresas, e de onde partem para seu destino específico. Os beneficiados são escolhidos de acordo com as necessidades, sendo atendidas inicialmente as mais urgentes, e passam por um acompanhamento que tem por finalidade impedir que caiam na armadilha da pobreza.

A difusão da “cultura da partilha” se faz através da destinação de recursos para a realização de eventos de diversos tipos onde se aprofunde e amplie o conhecimento sobre a EdC e seus princípios, e incentivo à produção teórica sobre o tema.

Além da peculiaridade com relação aos lucros, as empresas de EdC possuem ainda outras características que as diferenciam das demais: valorização do funcionário e de seu trabalho, busca da ética nas transações com fornecedores e clientes e no pagamento de impostos, relacionamento amigável com concorrentes,

preservação do meio ambiente. Enfim, as empresas de Economia de Comunhão não têm como finalidade o lucro, como as demais, mas visam antes de tudo o ser humano e seu bem estar. O lucro é visto como um mecanismo a ser utilizado para o alcance de seu objetivo principal.

Entende-se que a EdC é um projeto socialmente responsável por natureza, e para reforçar essa idéia identificaram-se os pontos principais onde ela atua em benefício da sociedade.

Inicialmente, a distribuição dos lucros para os necessitados e preocupação com seu restabelecimento à sociedade, servindo de exemplo a tantos programas assistencialistas que incentivam os beneficiados a permanecerem na pobreza.

Em seguida, o cuidado em não desempregar mão de obra enquanto isso possa ser evitado, em contraposição com outras empresas que optam pelo corte de pessoal sempre como primeira alternativa para redução de custos, ou pior, para aumentar a lucratividade. Aqui cabe citar também a oferta de oportunidades a pessoas que, de outro modo, não teriam facilidade em encontrar um emprego, e que no fim se mostram tão produtivas quanto os demais colaboradores.

Por fim, tem-se a difusão da “cultura da partilha”, ou seja, expansão dos princípios da EdC para fora das fronteiras da empresa. As empresas de EdC deixam marcas em seus relacionamentos que, muitas vezes, acabam influenciando tomadas de decisão por parte dos *stakeholders*, as quais tendem a incorporar, aos poucos, certos valores que a EdC propaga. Isso se torna mais freqüente quanto mais próximo o agente se torna da EdC. Por exemplo, os funcionários de uma empresa do projeto mostram, em poucos meses, sinais da assimilação de determinados princípios. Em um espaço maior de tempo, fornecedores e clientes sentem a curiosidade de saber qual é esse diferencial. E assim por diante... O fato é que essa capacidade de “formar consciências” é o principal benefício da EdC: quanto mais a cultura penetrar em outras empresas, na sociedade em volta, nas instituições públicas, maiores as chances de que a questão social seja objeto de políticas e programas capazes de solucionar seus problemas.

Mas a EdC tem um longo caminho a percorrer para alcançar seus objetivos. Ainda são poucas as empresas que aderiram ao projeto, e as mesmas precisam

passar pela prova de fogo do mercado para começar a gerar externalidades. A sobrevivência não é fácil devido à grande concorrência que enfrenta a maioria das empresas, as quais são de pequeno e médio porte, concorrência essa que se torna desleal se as demais firmas se portam de modo menos ético, sonegando impostos, por exemplo, ou praticando o suborno.

Há também que se enfrentarem obstáculos comuns às pequenas e médias empresas em geral, como acesso ao crédito, desenvolvimento tecnológico e gestão competente, pontos onde pode haver um maior apoio por parte do governo ou de instituições especializadas.

Vencidas essas barreiras, e havendo espaço para a infiltração dos seus princípios, a EdC se torna uma boa alternativa para as empresas que desejam atuar em prol do desenvolvimento social.

Enfim, seja qual for a direção que a economia toma, ela sempre terá um impacto social. Infelizmente o mundo tem conhecido predominantemente seus impactos negativos. A EdC é uma tentativa de fazer com que o lado positivo da economia prevaleça, através de um novo modo econômico de agir e pensar, que privilegie a busca pelo resgate da dignidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. **Economia de Comunhão e comportamentos sociais**. In: COSTA, R. et al. **Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. 2º ed. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1998.

BURKHARD, H. Gerenciamento sustentável. In: BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO. **Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas: anais**. São Paulo: Cidade Nova, 1999.

BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em Economia**. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

CALLIARI, G. **O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões**. In: BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO. **Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas: anais**. São Paulo: Cidade Nova, 1999.

CARADONA, F. **Uma empresa para o bem público**: Unitrat (Itália). In: BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em Economia**. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

CHALEGRE, P. A espiritualidade na empresa. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/unv/art/ArtigoCompl.jsp?Artigo.codigo=311>> Acesso em: 28 jul. 2006.

COSTA, R. et. al. **Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. 2º ed. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1998.

FERRUCCI, A. **Economia de Comunhão na Liberdade**. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/Page2cdc.htm>> Acesso em: 18 set. 2005.

FERRUCCI, A. **Economia de Comunhão: um fenômeno econômico**. Cadernos Escola Social / Economia de Comunhão: volume 4. São Paulo: Cidade Nova, 1993.

FERRUCCI, A. **Considerações sobre a Economia de Comunhão**. In: QUARTANA, P. et al. **Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”**. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

FONSECA, M. H. **Os princípios constitucionais da ordem econômica sob a luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. Monografia (Bacharelado em Direito). Curitiba, 2004.

FRANZOI, A. **Entrevista concedida**. Curitiba, 2006.

≡

LUBICH, C. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. In: BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO. **Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas: anais**. São Paulo: Cidade Nova, 1999.

MATOS, C. **Depoimento**. Ceará, 2005.

MINASI, W. **Depoimento**. Curitiba, 2006.

PNUD BRASIL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 2005**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>> Acesso em 18 set. 2005.

SCHOREDER, F. **Entrevista concedida**. Curitiba, 2006.

SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**. 2005.

SERAFIM, M. C. **A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão.** Dissertação (Pós-graduação em Engenharia da Produção). Florianópolis, 2001.

VAZ, J. P. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.** In: COGGIOLA, O. **História e Economia: Questões.** São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2003.

VIDO, E. **Gestão baseada nos princípios da “Economia de Comunhão”: uma proposta de mudança da cultura empresarial.** 2004. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9E25372DA420B8AC03256EC40047E4A6/\\$File/NT000736CA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9E25372DA420B8AC03256EC40047E4A6/$File/NT000736CA.pdf)> Acesso em: 18 set. 2005.

TORTELLI, A. **Entrevista concedida.** Curitiba, 2006.